

# O presidente pede união

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney assumiu ontem publicamente, através de seu programa semanal *Conversa ao Pé do Rádio*, o comando da base parlamentar de apoio ao governo que se formou na Constituinte depois da votação de terça-feira passada. "Preto consolidar uma maioria parlamentar para apoiar a conclusão do processo de abertura política", disse o presidente, depois de afirmar que "agora todos sabemos que a diretriz está traçada".

Mas fez uma ressalva, dizendo que pretende consolidar essa maioria parlamentar, "sem prejuízo dos partidos políticos que constituem a alma do sistema democrático, respeitando-os e fortalecendo-os". Sem adiantar qualquer decisão, Sarney afirmou que a votação de terça-feira afastou apreensões e dá condições de serem adotadas medidas para a recuperação da economia. "Uma aspiração, mais do que aspiração, uma angústia de todos nós", completou.

Sarney garantiu que presidirá o processo de transição com isenção, acima das facções partidárias, com a isenção de um magistrado,

buscando um governo de união, que não significa necessariamente unanimidade, mas unidade, união para concluir a construção democrática, reencontrar o caminho da paz, da prosperidade e da confiança".

Depois de fazer uma avaliação da votação de terça-feira e reafirmar que considera a crise política a maior de todas — porque ela se transmite para a economia e deságua na área social —, o presidente concluiu que é hora de unir esforços para arrancar o País das dificuldades. Daí, voltou a dizer que o Brasil desfrutou de total liberdade nos três anos de seu governo, acrescentando que o seu empenho é de concluir o seu período, deixando o Brasil institucionalizado.

Sem tratar de nenhum outro assunto, a não ser o resultado da votação de terça-feira durante todo o programa, o presidente disse que tem lhe custado um alto preço, em termos de sacrifício pessoal, presidir o País com tantos problemas e desafios numa hora de transição. "Mas me considero em condições de suportar essas dificuldades. De desfrutar de uma estrutura pessoal que me permite não ter medo nem desânimo", completou.



## Aureliano lembra que é o juiz de seus atos

RECIFE  
AGÊNCIA ESTADO

"Mesmo que os outros ministros não coloquem os cargos à disposição do presidente José Sarney, a minha Pasta está nas mãos dele. O presidente, pelo menos no seu caso, pode se sentir à vontade. Desde a vitória de terça-feira defendendo essa posição", afirmou ontem, no Recife, o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Indagado sobre o desejo do PFL mineiro, de que ele deixe o Ministério e passe a cuidar de sua candidatura à Presidência da República, Aureliano foi ríspido: "O juiz das minhas decisões sou eu mesmo e ninguém mais".

Na opinião de Aureliano, que chegou ontem à tarde ao Recife para assinar contratos com a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) para a execução de projetos de irrigação em Itaparica, no Médio São Francisco, que irão beneficiar populações rurais assentadas em Pernambuco e Bahia, não houve pressão do Exército ou de Sarney

para a aprovação do presidencialismo. "A vitória foi indiscutível e representa o sentimento médio do povo brasileiro", afirmou, acrescentando que o placar estabelecido desmente qualquer hipótese de pressão.

Aureliano Chaves desembarcou na capital pernambucana acompanhado do senador Marco Maciel (PFL-PE) e do aeroporto seguiu direto para o Palácio do Campo das Princesas. Lá, conversou durante 40 minutos com o governador de Pernambuco, Miguel Arraes. "Uma conversa de quem deseja tirar a Nação desse sacrifício", definiu o ministro, para quem o momento exige muito diálogo e entendimento, não importando o partido ou a ideologia do interlocutor. Ele disse que durante a reunião não foi discutida a sucessão presidencial, nem a aprovação do presidencialismo.

Sobre a duração do mandato do presidente Sarney, Aureliano afirmou estar convicto de que os constituintes terão "bom senso" e optarão pelos cinco anos.

## Na mensagem, apelo à união

Essa é a íntegra do programa *Conversa ao Pé do Rádio*:

"Brasileiras e Brasileiros, bom-dia. Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma *Conversa ao Pé do Rádio*, nesta sexta-feira, 25 de março de 1988.

Estamos chegando ao fim de uma semana de grandes decisões. A Assembleia Nacional Constituinte, numa sessão memorável, na terça-feira que passou, definiu o sistema de governo e o mandato para todos os presidentes da República, que será de cinco anos.

Esta tese eu defendi muitas vezes, mas não foi uma vitória pessoal a decisão que foi tomada. Foi uma vitória do Brasil. Uma vitória do nosso país. Uma vitória do povo brasileiro. Porque nós não podíamos mudar o regime sem um debate amplo, sem que a Nação pudesse opinar, sem aprofundarmos a análise do que isto representava. Afinal, o regime presidencialista tem quase cem anos, nasceu com a República. Assim, tivemos uma decisão memorável, porque também foi uma decisão extremamente legítima. Velho parlamentar, eu não conheço na História do Congresso um comparecimento unânime da casa — 559 constituintes ali estavam. Todos. Nenhuma ausência. Uma maioria de 132 votos; e 344 votos a favor. Votos de todas as tendências da Constituinte, o que mostra a soberania dessa decisão e da escolha que foi feita.

Por outro lado, o mandato de cinco anos é uma tradição e é um tempo que permite ao presidente estabelecer o programa de governo e executá-lo. Assim, o País anoteceu na terça-feira passada outro País. Porque seus rumos estavam definidos, as perplexidades afastadas, o regime que vai nos guiar, estabelecido. Assim, a decisão da Constituinte trouxe de volta tranquilidade, trouxe esperança, trouxe confiança. E a Constituinte deu demonstração de grande maturidade.

Sempre afirmei que considero a crise política a maior de todas, porque ela se transmite para a economia e deságua na área social.

A hora, portanto, é de unir esforços para arrancar o País das dificuldades, te-

nho como prioridade das prioridades a transição democrática. Nós estamos sentindo e vivendo as excelências da democracia. São três anos em que o Brasil desfruta de total liberdade, sem discriminações ideológicas, sem cerceamento de qualquer direito, todos vivendo em total segurança, pensando, opinando, discutindo de acordo com a sua consciência. Meu empenho, portanto, é o de concluir meu período deixando o País institucionalizado. A democracia construída e o meu sucessor, eleito pelo voto direto, tendo todas as condições de governabilidade, sem ter apenas de enfrentar crises e conflitos.

Sei o que tem me custado em termos de sacrifício pessoal o alto preço de presidir um País com tantos problemas e desafios numa hora de transição. Mas me considero em condições de suportar essas dificuldades, de desfrutar de uma estrutura pessoal que me permite não ter medo nem desânimo.

Agora todos sabemos que a diretriz está traçada. Pretendo, sem prejuízo dos partidos políticos que constituem a alma do sistema democrático, respeitando-os, fortalecendo-os, consolidar uma maioria parlamentar para apoiar a conclusão do processo de abertura política.

A decisão de terça-feira afastou apreensões e dá condições de adotarmos medidas para recuperação da economia, uma aspiração, mais do que aspiração, uma angústia de todos nós.

Tenho de presidir esse processo com isenção, acima das facções partidárias, com a isenção de um magistrado, buscando um governo de união que não significa necessariamente unanimidade, mas unidade, união para concluir a construção democrática, reencontrar o caminho da paz, da prosperidade e da confiança.

As medidas virão e, com o apoio do Congresso Nacional, da Assembleia Nacional Constituinte e do povo brasileiro, vamos buscar uma nova etapa, com liberdade, bem-estar, justiça social e responsabilidade. Estou convicto de que, afinal, começamos a olhar o fim do túnel. Bom-dia e muito obrigado a todas as brasileiras e brasileiros que me ouvem".

# Para Antônio Carlos, mandato de 5 anos já está aprovado

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O ministro Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações, considera os cinco anos de mandato para o presidente Sarney assunto encerrado. Isso porque a vitória esmagadora do governo na superterça provou que é "desnecessária a votação da emenda dos quatro anos no capítulo das Disposições Transitórias". Ontem, no Rio, Antônio Carlos Magalhães anunciou que vai trabalhar para que a emenda não seja votada pela Constituinte.

Os cinco anos para Sarney, segundo o ministro, foram aprovados "quando os constituintes votaram cinco anos para todos os presidentes". Em sua nova frente de batalha, ele disse que já rece-

beu o apoio do senador José Fogaça e do deputado Pimenta da Veiga.

"O Brasil não pode mais viver num quadro de incertezas sobre a continuidade ou não do presidente Sarney", acrescentou o ministro, que defendeu uma ampla reforma ministerial e no segundo escalão do governo. Ele acha que devem ficar apenas "os competentes e os leais ao presidente da República". E, na sua avaliação, os que defendem os quatro anos são incompetentes. As mudanças, assim, são "inevitáveis" e devem ocorrer dentro de um mês, aproximadamente.

Antônio Carlos adiantou que o principal critério para a reforma será o da lealdade, explicando que "o presidente tem sido juiz

dos ministérios que lhe são leais e já sabe onde mudar os nomes". Nessa linha, o novo Ministério será formado exclusivamente por quem defendeu o presidencialismo e os cinco anos.

Sobre a anunciada implosão do PMDB, o ministro acha que "está apenas começando e será muito maior". Para ele, alguns políticos, liderados pelo senador Fernando Henrique Cardoso, "estão saindo do PMDB porque estavam infiltrados no partido, apesar de pertencerem ideologicamente a outros". A crise peemedebista, de acordo com ele, terá outras consequências. "O presidente observará as mudanças no partido para identificar qual a fatia do PMDB lhe é fiel e poderá participar do governo."

As denúncias de que a Constituinte teria votado o presidencialismo sob pressão da possibilidade de um golpe militar não passaram de "lamentações dos derrotados". Ele ressaltou que a vitória por 132 votos foi "um escorço que nunca se verificou no Congresso de forma tão livre".

Irritado, Antônio Carlos contestou também as denúncias de que seu ministério influenciou o resultado através da distribuição de concessões de canais de rádio e televisão. "Enquanto eu for ministro, cumprirei meu dever de levar o lazer e a educação para todos os pontos do País", disse. E justificou: "Os critérios utilizados estão dentro da lei. Quando o Congresso mudar esses critérios, eu obedecerei".

## Passarinho reclama de injustiça

AGÊNCIA ESTADO  
E SERVIÇO LOCAL

"Dizer que ficamos com medo de um suposto golpe foi a forma agressiva e injusta que perdedores usaram para se justificar", afirmou, em Brasília, o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS. Ele referia-se a informações de que a possibilidade de uma Junta Militar tomar o poder teria pressionado a votação pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos para os futuros presidentes.

Já o deputado Ulysses Guimarães garantiu ontem, em São Paulo, que em nenhuma das suas conversas com militares — e com os ministros militares, em particular — ouviu a palavra "golpe". A seu ver, "quando o povo é suporte do regime democrático", é inviável qualquer

tentativa de golpe, porque esta solução seria muito pior para a sociedade. O que houve, segundo ele, foi a manifestação de alguns ministros sobre o processo político, que já demonstram seu respeito pelas instituições.

Segundo o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, "isso é conversa fiada. Não existe clima para isso". "Ninguém acreditou nisso", reagiu a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), acrescentando que apenas dois fatores influenciaram a votação em favor do presidencialismo. O primeiro, segundo ele, foi a pressão exercida sobre os constituintes pelos governadores de estado, "que trouxeram todo um arsenal de favores e benesses"; segundo, foi a presença do desconhecido, mas "eficientíssimo grupo dos ausentes", uma média de cem parlamen-

tares que geralmente não se encontram em plenário. Na opinião da deputada os militares estavam até mesmo distantes do processo de votação do regime de governo. "Eles nem se deram conta de que na emenda Lucena o presidente podia delegar ao procurador-geral o poder de chefiar as Forças Armadas. Nós é que retiramos o dispositivo antes das votações", explicou.

"Acho que aqui dentro tem muita gente imaginosa", disse o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos articuladores do Centro. Para ele os boatos de um possível golpe não passaram de "inventividades para enganar os trouxas", acrescentando que "muitos até caíram".

Na opinião do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), "não haveria golpe militar, mas certamente hou-

ve um golpe político". Segundo ele, o que ocorreu foi o fato de os governadores usarem de toda a influência possível para aumentar a tendência presidencialista. "No meu entender, os militares se manifestaram, mas não de modo a influenciar os que votaram pelo presidencialismo."

Ontem, após audiência com o governador Orestes Quércia, o ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, afirmou não ter conhecimento de que os militares estariam preparados para um golpe de Estado, caso tivesse sido aprovado o parlamentarismo com quatro anos. E confidenciou: "Fiquei surpreso quando li essa notícia, porque a conversa que o presidente Ulysses teve com os ministros militares foi no sentido de que a Força respaldaria qualquer que fosse a decisão da Assembleia Nacional Constituinte".

## Convênios são rotina, garante o presidente

O presidente José Sarney telefonou ontem à tarde para o diretor da sucursal da Agência Estado em Brasília, Carlos Chagas, acentuando que, pelo decreto que assinou em fevereiro, ficaram suspensos os pagamentos de convênios com as prefeituras, por conta da contenção de despesas. Assim, a lista de convênios publicada no Diário Oficial de quinta-feira, e reproduzida pelo Estado ontem, exprimiu apenas um ato normal de tramitação burocrática, sem consequências. Não houve pagamento. A publicação do auxílio aos municípios, parte do Fundo de Assistência Social, é uma rotina administrativa. O processamento, nesses casos, é metódico e depende de aprovação do Senado Federal.

Sarney não aceita, como frisou, ligação entre o auxílio aos municípios relacionados, de resto não concretizado, e a vitória do presidencialismo e dos cinco anos de mandato na Assembleia Nacional Constituinte. Rejeita a acusação de ter o governo apelado

para o fisiologismo para obter aquele resultado. Como disse, o presidencialismo obteve 344 votos de constituintes de todas as tendências políticas e ideológicas. Seria possível imaginar que os parlamentares do PDT, de Leonel Brizola, tivessem votado pela preservação do atual sistema de governo em função de favores? Ou os do PT? Em suas palavras, é preciso cuidado com certas informações. Lembrou que, dias atrás, seus filhos foram apontados como beneficiários de concessões de estações de rádio, no Maranhão, no que seria parte de um plano para influenciar votos na Assembleia Nacional Constituinte. A verdade, falou, é que receberam a concessão para uma estação de rádio 12 anos atrás. E não foram seus filhos, mas a empresa de comunicação que a família possui há 30 anos, em seu estado.

Para o presidente, essas notícias não o afastarão da determinação de não recuar. Tomará as medidas necessárias para a recuperação do País.